Navios	Conjunto de identificação	Abrótea	Bacalhau		Cantarilho				Palmeta	Camarão		Raia	Verdinho	Sarda	Arenque	Carapau
		NAFO 3NO (4) — 2001 t (percentagem)	CIEM I, II (Svalbard) (1) — Percentagem de 2144 t	Noruega (1) — Percentagem de 2702 t	NAFO 3M — 1070 t (percentagem)	Noruega (2) — 405 t	NAFO 3M (4) — 2354 t (percentagem)	NAFO 3O (4) — 5229 t (percentagem)	CIEM V, XII, XIV (3) (mar de Irminger) — 896 t (percentagem)	NAFO 3LMNO (4) — Percentagem de 1837,5 t	NAFO 3M — Um navio 34 dias	Svalbard — um navio 92 dias	NAFO 3LNO (4) — 1132 t (percentagem)	I a VII, VIII abde, XII e XIV — Percentagem de 798 t	VIII c), IX e X (5) — Percentagem de 1443 t	I e II — Percentagem de 109 t	Águas UE, IIa, IVa, VI, VII a-c, VIIek, VIIIabde; águas UE e internacionais Vb; águas internacionais XII e XIV — Percentagem de 1609 t
Pascoal Atlântico	A-3323-N	6,08	11,11	11,11	8,33	(*)	6,08	6,08	16,66	6,67	(**)	(**)	6,08	7,69	7,69	7,69	7,69
Praia de Santa Cruz	V-12-N	7,41	11,11	11,11	8,33	(*)	7,41	7,41	16,66	6,67	(**)	(**)	7,41	7,69	7,69	7,69	7,69
Santa Cristina	A-1827-N	6,08	(**)	(**)	8,33	(**)	6,08	6,08	(**)	6,67	(**)	(**)	6,08	7,69	7,69	7,69	7,69
Santa Mafalda	A-1940-N	13,32	(**)	(**)	8,33	(**)	13,32	13,32	(**)	13,32	(**)	(**)	13,32	7,69	7,69	7,69	7,69
Santa Isabel	PD-454-N	(*)	11,11	11,11	(*)	(*)	(*)	(*)	16,66	(**)	(*)	(**)	(*)	7,69	7,69	7,69	7,69
Total		100	99,99	99,99	99,96		100	100	99,96	99,99	34 dias	92 dias	100	99,97	99,97	99,97	99,97

(1) Pesca livre para todos os navios licenciados a partir de 1 de Novembro, salvo se a empresa assumir que captura a(s) quota(s) atribuída(s) aos respectivos navios até ao final do ano.
(2) Quota acessível a todos os navios licenciados para a Noruega.
(3) Pesca livre a partir de 1 de Maio para todos os navios licenciados para o mar de Irminger, salvo se a empresa assumir que captura a(s) quota(s) atribuída(s) aos respectivos navios até ao final do ano.
(4) Pesca livre a partir de 1 de Julho, salvo se a empresa assumir que captura a(s) quota(s) atribuída(s) aos respectivo(s) navio(s) até final do ano.
(5) Correspondente a 25% da quantidade susceptível de troca com outros Estados Membros, a capturar na VIII *a*), VIII *b*) e VIII *d*).
(*) Com licença para zona e espécie.
(**) Sem licença para a zona e espécie.

202988004

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Declaração de rectificação n.º 470/2010

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 407/2010 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010, na bolsa de emprego público (BEP), n.º OE201001/0186, e no *Diário de Notícias* de 11 de Janeiro de 2010, rectifica-se que:

Onde se lê:

«25 — O júri é constituído pelos seguintes elementos: Refª 1/IAN: Presidente: Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho — Director 1.º Vogal Efectivo: Nuno Tiago dos Santos Russo — Técnico Superior 2.º Vogal Efectivo: Maria João Estevam Avelar Rodrigues — Técnica Grau 2 1.º Vogal Suplente: Nuno Manuel de Mendonça Tavares — Chefe de Serviço 2.º Vogal Suplente: António José de Brito Moita Brites — Chefe de Unidade.»

deve ler-se:

«25 — O júri é constituído pelos seguintes elementos:

Referência 1/IAN:

Presidente: José Miguel Brandão Coelho de Campos Ghira — técnico superior.

1.º vogal efectivo: Helena Maria Maló Ferreira — técnica superior.

2.º vogal efectivo: Pedro Filipe Fernandes — chefe de unidade.

1.º vogal suplente: Maria João Estevam Avelar Rodrigues — técnica de grau 2.

2.º vogal suplente: Luísa Braga Gomes Leote — técnica superior.»

Mantêm-se válidas as candidaturas entregues no âmbito do aviso n.º 407/2010 no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010.

4 de Março de 2010. — A Presidente do Conselho Directivo, *Ana Paulino.*

202990604

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4252/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para o preenchimento de um posto de trabalho constante do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na carreira geral de assistente técnico, categoria de coordenador técnico, para exercer funções na Secção de Contabilidade que funciona junto da Divisão de Recursos Financeiros da Direcção de Serviços de Administração de Recursos daquela Secretaria-Geral, aberto pelo aviso n.º 11 295/2009, de 16 de Junho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2009:

Candidato	Classificação final
Maria Helena de Sousa Cabaça	16,70
Rosalina Martins Loureiro	15,46
Ana Mafalda de Carvalho e Silva Espadinha	14,56
Ana Maria Cláudio Barreira	11,25

A lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho de 1 de Março de 2010 do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da referida portaria, a lista encontra-se afixada na entrada da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicitada na página electrónica deste serviço e, com a presente publicação na 2.ª série do

Diário da República, é notificada aos candidatos, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma portaria.

3 de Março de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascenção Mendonça.*

202988694

Despacho n.º 4253/2010

A Portaria n.º 573-E/2007, de 30 de Abril, aprovou a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e definiu as respectivas atribuições e competências, pelo que se torna necessário nomear os dirigentes, de forma a que seja assegurado o normal funcionamento do serviço.

Considerando que se encontra vago o lugar de director de serviços de Administração de Recursos da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

Considerando o perfil, a competência e a aptidão técnica do técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública, licenciado Pedro Miguel Campos Moreira, e que o mesmo possui os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para provimento no cargo, conforme nota curricular que se anexa ao presente despacho;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 8 do artigo 21.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

1 — Nomeio o técnico superior, licenciado Pedro Miguel Campos Moreira, para exercer, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Administração de Recursos da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 8 de Março de 2010.

3 de Março de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascenção Mendonça.*

Nota curricular

Identificação — Pedro Miguel Campos Moreira, nascido a 31 de Outubro de 1974.

Habilitações académicas e formação profissional:

Licenciado em Administração Financeira e Contabilidade, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa;

Pós-graduação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Gestão;

Curso FORGEP, do Instituto Nacional de Administração;

Frequentou diversos cursos e acções de formação na área do Plano Oficial de Contabilidade Pública, Reforma da Administração Financeira do Estado, Sistemas de Informação de Gestão Orçamental, Contabilidade Nacional, Finanças Públicas, Desempenho por Objectivos, Liderança, etc.

Curso de Inglês — Nível Superior, da Universidade Autónoma de Lisboa.

Actividade profissional:

De Fevereiro de 1996 a Abril de 1997 — técnico financeiro na Toyota — Salvador Caetano, S. A.;

De Junho de 1997 a Novembro de 1998 — técnico contabilista de 2.ª classe na Direcção-Geral do Orçamento (DGO);

De Novembro de 1998 a Março de 1999 — técnico superior de orçamento e conta da carreira de pessoal técnico superior de orçamento e conta do quadro de pessoal da DGO;

De Março de 1999 a Março de 2001 — adjunto do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para a área orçamental e financeira, tendo sido distinguido com o Louvor n.º 310/2001, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 3 de Abril de 2001;

De Fevereiro de 2002 a Janeiro de 2003 — chefe de departamento e Director do Departamento do Orçamento do Ministério do Plano e Finanças de Timor-Leste;

De Julho de 2003 a Janeiro de 2004 — chefe de divisão da Gestão Financeira, da Direcção de Serviços de Administração Financeira do Departamento Geral de Administração, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

De Janeiro de 2004 a Maio de 2008 — chefe de divisão de Contabilidade do quadro de pessoal dirigente da DGO, colocado na 4.ª Delegação — Ministério da Administração Financeira e 6.ª Delegação — Ministérios da Educação, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Cultura.

Desde Maio de 2008 — chefe de divisão de Contabilidade do quadro de pessoal da DGO, colocado na 1.ª Delegação — Ministério da Justiça.

Desde Fevereiro de 2008 integrou o grupo de cooperação da DGO, criado para levar a cabo acções de formação e assistência técnica na área das finanças públicas com os países africanos de língua oficial portuguesa.

202988597

Despacho n.º 4254/2010

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, para o preenchimento de dois postos de trabalho constantes do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na carreira geral de assistente técnico e categoria de assistente técnico, para exercer funções na Secção de Contabilidade, que funciona junto da Divisão de Recursos Financeiros da Direcção de Serviços de Administração de Recursos daquela Secretaria-Geral, aberto pelo aviso n.º 10 903/2009, de 5 de Junho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 114, de 16 de Junho de 2009:

Candidato	Classificação final
Deolinda Maria Marques Ferreira da Silva	15,30
Sandra Cristina Canholas Nunes	14,71
Maria de Fátima Valente da Encarnação Dionísio	12,64
Fátima Augusta Vivas	11,85
Andreia Filipa Santos Aleixo Dias	11,20
Isabel Maria da Silva Anjos	10,82

A lista unitária de ordenação final foi homologada por despacho de 1 de Março de 2010 do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da referida portaria, a lista encontra-se afixada na entrada da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicitada na página electrónica deste serviço e, com a presente publicação na 2.ª série do *Diário da República,* é notificada aos candidatos, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da mesma portaria.

3 de Março de 2010. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Augusto da Ascenção Mendonça*.

202988653

Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes

Despacho n.º 4255/2010

Nos termos do n.º 2 do despacho n.º 21 997/2009, de 25 de Setembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 192, de 2 de Outubro de 2009, nomeio representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações na comissão executiva do Plano de Acção para a Salvaguarda e Monitorização da População de Roazes do Estuário do Sado a Eng.ª Maria Graça Viegas Silva, chefe de divisão do Ambiente, da Direcção de Equipamento, Infra-estruturas e Ambiente, da APSS — Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.

29 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Carlos Henrique Graça Correia da Fonseca*.

202987438

Despacho n.º 4256/2010

Nos termos do Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 394-A/98, de 15 de Dezembro, 270/2003, de 28 de Outubro, 95/2008, de 6 de Junho, e 141/2008, de 22 de Julho, a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., é a entidade gestora da infra-estrutura ferroviária nacional.

Para a prossecução deste objecto, a REFER, E. P. E., conserva os direitos e assume as responsabilidades atribuídas ao Estado relativamente ao domínio público ferroviário nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.